C&A MODAS S.A.
CNPJ/MF nº 45.242.914/0001-05
NIRE 35.300.542.762

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 13 DE JANEIRO DE 2025**

Hora, Data e Local: Aos 13 (treze) dias do mês de janeiro de 2025, às 15 horas, na sede social da **C&A Modas S.A.** ("**Companhia**" ou "**C&A**"), localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 1.222, complemento 1.022, Alphaville, CEP 06455-000.

Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia ("**Estatuto Social**"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia ("**Conselheiros**" e "**Conselho de Administração**", respectivamente), inclusive por meio de teleconferência ou videoconferência, na forma do artigo 15, § 6º, do Estatuto Social.

Mesa: Marcos Guimarães Grasso – Presidente; Ana Elisa Cruciti – Secretária.

Ordem do Dia: Discutir e deliberar sobre: **(1)** encerramento do atual programa de recompra de ações ordinárias de emissão da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de abril de 2024 ("**Programa de Recompra de 2024**"); e **(2)** o novo programa de recompra de ações da Companhia.

Deliberação: Após a análise e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os Conselheiros deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas:

- (1) consignar** o encerramento do Programa de Recompra de 2024, em vigor até a presente data, em decorrência da aquisição de 3.000.000 ações ordinárias emitidas pela Companhia, realizadas na Bolsa de Valores a preços de mercado;
- (2) aprovar**, nos termos do Artigo 22, alínea (p) do Estatuto Social, o novo programa de recompra de ações de emissão da Companhia, autorizando a aquisição pela Companhia de até o limite de 5.000.000 ações ordinárias, com vigência de até 13 de julho de 2026, visando atender ao exercício de opções de compra de ações no âmbito dos planos de opções de compra de ações vigentes, os quais desempenham papel fundamental na política de incentivos de longo prazo da Companhia ("**Programa de Recompra 2025**"), conforme detalhado no Comunicado sobre Negociação de Ações de Própria Emissão, preparado na forma do Anexo G à Resolução CVM Nº 80/22 anexo à presente ata ("**Anexo I**"); e
- (3) autorizar** a Diretoria e os representantes legais da Companhia a praticarem todos os atos que forem necessários à implementação das deliberações nos itens (1) a (3) acima, ratificando todos os atos já praticados por estes relacionados às referidas matérias.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme e unicamente aprovada.

Barueri (SP), 13 de janeiro de 2025.

MARCOS GUIMARÃES GRASSO
Presidente

CRISTINA PRESZ PALMAKA DE LUCA
Membro

PETER TAKAHARU FURUKAWA
Membro

JAMIL SAUD MARQUES
Membro

**ISABELLA DE OLIVEIRA VIANNA
CAVALCANTI WANDERLEY**
Membro

ANA ELISA CRUCCITI
Secretária

Anexo I
Comunicado sobre Negociação de Ações de Própria Emissão

C&A MODAS S.A.
CNPJ/MF nº 45.242.914/0001-05
NIRE 35.300.542.762

COMUNICADO SOBRE NEGOCIAÇÃO DE AÇÕES DE PRÓPRIA EMISSÃO

A C&A Modas S.A. ("**Companhia**"), em cumprimento ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, apresenta a seguir as informações previstas no Anexo G à Resolução CVM nº 80/22 sobre negociação de ações de própria emissão.

1. Justificar pormenorizadamente o objetivo e os efeitos econômicos esperados da operação.

A operação visa a aquisição de ações para atender ao exercício de opções de compra de ações no âmbito dos planos de opções de compra de ações vigentes, os quais desempenham papel fundamental na política de incentivos de longo prazo da Companhia

2. Informar as quantidades de ações (i) em circulação e (ii) já mantidas em tesouraria.

A Companhia possui, em 8 de janeiro de 2024, 141.013.341 ações ordinárias em circulação e 3.624.126 ações ordinárias já mantidas em tesouraria.

3. Informar a quantidade de ações que poderão ser adquiridas ou alienadas.

A Companhia poderá adquirir até 5.000.000 de ações ordinárias de sua própria emissão.

4. Descrever as principais características dos instrumentos derivativos que a companhia vier a utilizar, se houver.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não utilizará instrumentos derivativos nesta operação.

5. Descrever, se houver, eventuais acordos ou orientações de voto existentes entre a Companhia e a contraparte das operações.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia realizará as operações em Bolsa de Valores, e não tem conhecimento de quem serão as contrapartes nas operações.

6. Na hipótese de operações cursadas fora de mercados organizados de valores mobiliários, informar: a. o preço máximo (mínimo) pelo qual as ações serão adquiridas (alienadas); e b. se for o caso, as razões que justificam a realização da operação a preços mais de 10% (dez por cento) superiores, no caso de aquisição, ou mais de 10% (dez por cento) inferiores, no caso de alienação, à média da cotação, ponderada pelo volume, nos 10 (dez) pregões anteriores.

Não aplicável, tendo em vista que as operações serão cursadas em Bolsa de Valores.

7. Informar, se houver, os impactos que a negociação terá sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da sociedade.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia tem controle definido, não estima impactos da negociação sobre a composição acionária ou a estrutura administrativa da sociedade.

8. Identificar as contrapartes, se conhecidas, e, em se tratando de parte relacionada à companhia, tal como definida pelas regras contábeis que tratam desse assunto, fornecer ainda as informações exigidas pelo art. 9º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia realizará as operações em Bolsa de Valores, e não tem conhecimento de quem serão as contrapartes nas operações.

9. Indicar a destinação dos recursos auferidos, se for o caso.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não auferirá recursos.

10. Indicar o prazo máximo para a liquidação das operações autorizadas.

As aquisições poderão ser realizadas no prazo de até 18 meses a contar da data de sua aprovação, portanto, até 13 de julho de 2026.

11. Identificar instituições que atuarão como intermediárias, se houver.

Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S/A, BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

12. Especificar os recursos disponíveis a serem utilizados, na forma art. 8º, § 1º, da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022.

A aquisição dar-se-á a débito da conta de reservas de capital registrada no balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2024.

13. Especificar as razões pelas quais os membros do conselho de administração se sentem confortáveis de que a recompra de ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos.

O montante a ser empregado na hipótese da recompra do total de 5.000.000 de ações corresponderia, considerando o preço de fechamento da ação em 09 de janeiro de 2025, a aproximadamente R\$ 38.500.000,00. Este montante representa cerca de 3,35% do caixa da Companhia, conforme apurado nas últimas informações financeiras divulgadas. Tendo em vista o percentual acima referido, os membros do Conselho de Administração da Companhia se sentem confortáveis de que a recompra de ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios.